



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**

UFSC NA MÍDIA - CLIPPING



Agcom
Agência de
Comunicação
da UFSC

17 de outubro de 2016

A Notícia Notícias

“O que está em debate na Lei da Adoção”

O que está em debate na Lei da Adoção / Ministério da Justiça e Cidadania / Consulta pública / Adoção internacional / Universidade Federal de Santa Catarina / Doutorado em Antropologia / Mirella Alves de Brito / Cláudia Vidigal / Estatuto da Criança e do Adolescente / ECA / Conselho Nacional de Justiça

SEGUNDA-FEIRA - 17/10/2016

NOTÍCIAS 10

O que está em debate NA LEI DA ADOÇÃO

Ministério da Justiça e Cidadania está com consulta pública aberta para formatar proposta de alteração em alguns pontos das atuais regras em vigor. Principais propostas geram controvérsia entre especialistas



Valério Estêvão

ESPERA
Enquanto mudanças são discutidas, somente em Santa Catarina 1,5 mil crianças e adolescentes aguardam uma família em abrigos

ANGELA BASTOS

Nos últimos anos, cresceu no País a discussão sobre a necessidade de aperfeiçoamento da Lei da Adoção. O discurso quase sempre é matemático. Como explicar que existem cerca de 46 mil crianças e adolescentes em abrigos, estando sete mil aptos para adoção, e 37 mil pessoas aguardando na fila nacional de candidatas a adotar? Em Santa Catarina, por exemplo, são 1,5 mil meninos e meninas – a maioria tem mais de oito anos. Enquanto isso, 2,5 mil adultos têm interesse em adotar.

Sob alegação de que é preciso mudar as regras, o Ministério da Justiça e Cidadania (MJ) vai elaborar um projeto de lei que seguirá para votação no Congresso Nacional. Antes disso, abriu uma consulta pública na internet que se encerra em 4 de novembro. Entre os principais pontos a serem revistos está a entrega voluntária de uma criança para a adoção e os prazos para o processo.

No caso da entrega voluntária, a proposta é que a mãe biológica tenha até dois meses para reclamar a guarda do bebê ou indicar

um parente para ser o guardião caso se arrependa da decisão. Após esse período, a criança é inserida no cadastro nacional. Há quem não concorde e considere que 60 dias seja muito tempo para um bebê ficar em uma instituição à espera de um possível arrependimento da mãe. Normalmente, são mulheres com severa dependência química que aparecem em maior número nas estatísticas das que decidem entregar a criança.

Balança desequilibrada

A consulta abre para outras discussões, como a adoção internacional. Hoje é exigida uma autorização judicial para que uma criança ou adolescente seja encaminhado a uma família do exterior. Pela proposta, a criança que ficar mais de 12 meses para adoção, desde que sem candidatos, fica disponível para adotantes estrangeiros. E sem necessidade de decisão judicial. O direito à convivência familiar e o apadrinhamento afetivo também estão em debate.

Um desafio de equacionar a balança entre o número de crian-

ças em instituições e o número de adultos pretendentes à adoção é antigo. Mas enquanto se olhar para isso como um problema matemático não haverá solução. A observação é da psicóloga e doutora em antropologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Mirella Alves de Brito. Para ela, criar novas regras para diminuir o tempo na instituição ou para diminuir a lista no cadastro não diminuirão outros problemas sociais e as realidades que levam a atos violentos contra crianças.

– Crianças que vão para as instituições advêm de famílias das camadas populares, não porque não haja violência nas classes A e B, mas porque estas, historicamente, dispõem de recursos para desviar da malha fina do sistema de proteção – diz a autora da tese. Entre Cobras e Lagartixas: Crianças em instituições de acolhimento se constituindo sujeitos na maquinaria da proteção integral.

Cláudia Vidigal, secretária nacional dos direitos das Crianças e Adolescentes da Secretaria de Direitos Humanos (SDH), defende que esse é mais um passo de regulamentação para assegu-

rar o direito à convivência familiar e comunitária. Ela lembra que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), desde 1990, vem sendo aperfeiçoado, e considera a lei 12.010, a da adoção, a de maior reforma do estatuto.

Em 12 de outubro, Dia da Criança, a ministra Cármen Lúcia recebeu meninos e meninas no Supremo Tribunal Federal. A visita guiada reuniu cerca de 50 jovens à espera de adoção de cinco instituições diferentes. A conversa foi sobre melhoras no processo. Questionada, a ministra reconheceu que, por um lado, há muita burocracia no processo e, por outro, há crianças querendo ser adotadas.

– Agora estamos fortalecendo o cadastro e verificando qual é o fluxograma de um processo de adoção, com os juízes da Infância e Juventude, e vendo qual é o processo real – disse Cármen Lúcia.

Ela respondeu, ainda, que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), entidade que também preside, quer saber quantas crianças estão nesta situação, quantas estão cadastradas para serem adotadas e quem quer adotar.

COMO PARTICIPAR DA CONSULTA

■ A consulta pública para propostas e comentários na minuta do anteprojeto de lei está aberta até o dia 4 de novembro.

■ Para participar, acesse o site pensando.mj.gov.br/adoacao e só fazer um cadastro com nome, e-mail e senha. Ao receber uma mensagem de confirmação, o login já pode ser feito.

TRAMITAÇÃO

Antes de ser aprovado, o projeto é submetido à Câmara de Deputados. Depois de aprovado nas comissões ou no Plenário da Casa, o texto segue para análise do Senado. Se for aprovado sem modificações pelos senadores, a proposta é enviada para sanção presidencial.

No Brasil,
46 mil

crianças e adolescentes
estão em abrigos

Destes,
7 mil

estão aptos para
serem adotados

Enquanto isso,
37 mil

adotantes estão na fila
à espera de uma criança

Em SC, são
1,5 mil

crianças e adolescentes
em abrigos

Enquanto
2,5 mil

famílias estão cadastradas à
espera de uma criança

Restrições quanto ao perfil do adotado são o principal entrave

A adoção é um recurso a ser usado somente quando esgotadas todas as possibilidades da criança permanecer na família. Por isso, dificuldade financeira não pode servir de argumento para que ela seja retirada de casa. Assim também como a dependência química. Nesse caso, o retorno ao convívio fica condicionado a um tratamento por parte dos pais.

Especialistas reconhecem que as alterações feitas na lei da adoção, há sete anos, trouxeram avanços significativos. Um desses é a criação do cadastro nacional. Mas a meta de tornar

a questão mais rápida ainda não aconteceu. A rapidez é uma das lacunas entre o que diz a lei e a sua aplicabilidade. Também por isso há um consenso de que é preciso mudar a cultura de adoção no Brasil.

Isso vale principalmente a respeito do perfil. Hoje, pretendentes preferem crianças pequenas, saudáveis e brancas. Há, sim, quem não faça restrições para adotar um filho. Mas, de modo geral, são ainda exceções. Além disso, grupo de irmãos também é preterido na maioria das vezes. Especialmente os maiores.

ALGUMAS MUDANÇAS EM DISCUSSÃO

Confira algumas questões que estão no centro desse debate nacional:

	COMO É	COMO FICA
ENTREGA VOLUNTÁRIA	Quando a mãe biológica abre mão do filho e já na maternidade o entrega para adoção de uma pessoa cadastrada (não é entrega direta), ela não tem prazo para recorrer desta decisão.	A proposta é que com a mudança na lei, neste tipo de caso a mãe tem até dois meses para reclamar a guarda da criança ou indicar um parente para ser o guardião caso se arrependa da decisão. Depois desse período (60 dias), a criança é inserida no cadastro nacional. Além disso, após um mês vivendo em abrigos, os bebês recém-nascidos e crianças sem certidão de nascimento também são cadastradas para adoção.
ESTÁGIO DE CONVIVÊNCIA	Quando chega a vez da família cadastrada receber a criança, o juiz determina o tempo para adaptação. Durante este período a família pode voltar atrás e optar por não ficar com a criança.	A mudança propõe que este estágio de convivência antes da adoção tenha um tempo pré-determinado de até 90 dias. Já para a conclusão de todo o processo de adoção, o prazo pode chegar até um ano.
ADOÇÃO INTERNACIONAL	Hoje uma criança brasileira só é liberada para adoção de uma família no exterior mediante autorização judicial. A prioridade é por adotantes brasileiros.	Com a mudança, crianças que ficarem mais de um ano no cadastro nacional sem serem adotadas ficarão disponíveis para os pretendentes a pais que vivem no exterior. O argumento para isso é que como muitas pessoas preferem crianças pequenas e saudáveis, muitas ficam anos a fio nos abrigos. Algumas até os 18 anos.
APADRIINHAMENTO AFETIVO	Qualquer pessoa com no mínimo 18 anos pode se candidatar a padrinho.	As novas regras preveem que os padrinhos devem ter no mínimo 18 anos e sejam pelo menos 10 anos mais velhos do que o adotado.



O JEITO MAIS MODERNO DE SEMPRE TER UM TOYOTA NOVO E NA GARANTIA

ETIOS HATCH X 1.3 MANUAL 2017
ENTRADA R\$17.950

36x de R\$ 499 + R\$17.196
40% de parcela residual
taxa 0,99% a.m.



ETIOS SEDÁ X 1.5 MANUAL 2017
ENTRADA R\$19.520

36x de R\$ 545 + R\$18.796
40% de parcela residual
taxa 0,99% a.m.



COROLLA GLI 1.8 AUTOMÁTICO
COM REFINANCIAMENTO PARCIAL EM CREDITO

36x de R\$ 885 + R\$17.196
40% de parcela residual
taxa 1,57% a.m.

ENTRADA R\$40.070
R\$31.996 40% de parcela residual
OU **R\$79.990** À VISTA



NOVA HILUX CABINE DUPLA AUTOMÁTICA COM VERSÕES A PARTIR DE

R\$111.990 À VISTA

OFERTAS VÁLIDAS PARA CORES SÓLIDAS, CORES METÁLICAS ADICIONAL DE R\$ 1.100,00.



Pedestre, use sua faixa.

Ofertas válidas para veículos fabricados no período de 07 a 31/10/2016 ou até o esgotar os estoques. As pessoas físicas que adquirirem veículos Toyota por meio de financiamento contratado junto à instituição financeira e em toda a rede de Distribuidores Toyota ou Santa Catarina, com garantia de reembolso do veículo adquirido, pelo Distribuidor Toyota, por 60% (sessenta e cinco por cento) do valor na Tabela FIP vigente, na forma e condições estabelecidas nas Condições Gerais de Certificado de Reembolso do Veículo e no Manual de Reembolso (vide condições no site www.toyota.com.br/credito). Toyota Etios X Hatch 1.3 Flex Mec. 2016/2017 à vista R\$ 42.990,00 (FRETE INCLUIDO, VALOR VÁLIDO PARA PINTURA SÓLIDA) ou financiado pelo Banco Toyota no Ciclo Toyota nas seguintes condições: CDC (Código Direto ao Consumidor), pessoa física, com entrada de R\$ 17.950,00 (41,75%) e 36 prestações fixas de R\$ 498,00, mais 1 prestação residual de R\$ 17.196,00, com vencimento na mesma data da última prestação fixa do financiamento. Primeira prestação fixa com vencimento para 30 dias do fechamento do financiamento. Taxa de juros pré-fixada de 0,99% a.m., equivalente a 12,55% ao ano + IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) no valor de R\$ 812,09 + Registro de contrato base Estado SC no valor de R\$ 160,20 + Custa de Serviços Suplente base Estado SC de no valor de R\$ 525,00 + Tarifa de Confecção de Cadastro para início de Relacionamento no valor de R\$ 500,00 (incluindo no Total Financiado correspondente a R\$ 27.572,29. Valor Total à prazo de R\$ 55.134,86. Custo Efetivo Total (CET) de 16,80% ao ano. Estoque da rede de Santa Catarina: 1 unidade. Toyota Etios X Sedã 1.5 Flex Mec. 2016/2017 à vista R\$ 45.990,00 (FRETE INCLUIDO, VALOR VÁLIDO PARA PINTURA SÓLIDA) ou financiado com o Banco Toyota no Ciclo Toyota nas seguintes condições: CDC (Código Direto ao Consumidor), pessoa física, com entrada de R\$ 19.520,00 (41,54%) e 36 prestações fixas de R\$ 544,76, mais 1 prestação residual no valor de R\$ 18.796,00, com vencimento na mesma data da última prestação fixa do financiamento. Primeira prestação fixa com vencimento para 30 dias do fechamento do financiamento. Taxa de juros pré-fixada de 0,99% a.m., equivalente a 12,55% ao ano + IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) no valor de R\$ 909,39 + Registro de contrato base Estado SC no valor de R\$ 160,20 + Custa de Serviços Suplente base Estado SC de no valor de R\$ 525,00 + Tarifa de Confecção de Cadastro para início de Relacionamento no valor de R\$ 500,00 (incluindo no Total Financiado correspondente a R\$ 28.614,20. Valor Total à prazo de R\$ 87.828,08. Custo Efetivo Total (CET) de 16,80% ao ano. Estoque da rede de Santa Catarina: 3 unidades. Toyota Corolla GLI 1.8 Flex Mec. 2016/2017 à vista R\$ 79.990,00 (FRETE INCLUIDO, VALOR VÁLIDO PARA PINTURA SÓLIDA) ou financiado com o Banco Toyota no Ciclo Toyota nas seguintes condições: CDC (Código Direto ao Consumidor), pessoa física, com entrada de R\$ 40.070,00 (50,23%) e 36 prestações fixas de R\$ 884,52, mais 1 prestação residual no valor de R\$ 21.996,00, com vencimento na mesma data da última prestação fixa do financiamento. Primeira prestação fixa com vencimento para 30 dias do fechamento do financiamento. Taxa de juros pré-fixada de 1,57% a.m., equivalente a 20,56% ao ano + IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) no valor de R\$ 2.109,14 + Registro de contrato base Estado SC no valor de R\$ 160,20 + Custa de Serviços Suplente base Estado SC de no valor de R\$ 525,00 + Tarifa de Confecção de Cadastro para início de Relacionamento no valor de R\$ 500,00 (incluindo no Total Financiado correspondente a R\$ 42.445,34. Valor Total à prazo de R\$ 125.938,72. Custo Efetivo Total (CET) de 24,71% ao ano. Estoque da rede de Santa Catarina: 1 unidade. Hilux CD 3.0 4x4 AT Flex 2017 à vista R\$111.990,00 (valor válido para pintura sólida, frete incluso). Consulte condições de financiamento na concessionária. Estoque da rede de Santa Catarina: 1 unidade. 3. Crédito sujeito à análise e aprovação. O CET apresentado é apenas um exemplo. Campanha vinculada à validade do Programa Ciclo Toyota. Para outras condições de financiamento, consulte os valores na rede de Distribuidores de Santa Catarina. A aquisição do modelo de veículo ou de qualquer das condições de financiamento acarretará novo cálculo do CET. SAC Banco Toyota 0800 096 4112 ou envie um e-mail para sac@toyota.com.br. Ouvidoria Banco Toyota (acompanha após atendimento pelo SAC): 0800-772-0877. O Etios Hatch X 1.3 Manual, abatimento com prazo: pessoa 12,8 km/h na cidade e 14,2 km/h na estrada e com etanol; 8,8 km/h na cidade e 9,8 km/h na estrada. O Etios Sedã X 1.5 Manual, abatimento com gasolina, pessoa: 12,8 km/h na cidade e 15,8 km/h na estrada e, com etanol, 8,8 km/h na cidade e 10,3 km/h na estrada. O Corolla 2.0 apresenta o seguinte consumo - abatimento urbano: 4,8 km/l, gasolina/ciclo urbano: 10,6 km/l, etanol/ciclo urbano: 8,6 km/l, gasolina/ciclo rodoviário: 12,6 km/l. A Hilux Flex 4x2 2.7 AT apresenta o seguinte consumo - abatimento urbano: 4,8 km/l, gasolina/ciclo urbano: 8,8 km/l, etanol/ciclo urbano: 6,8 km/l, gasolina/ciclo rodoviário: 8,6 km/l, gasolina/ciclo rodoviário: 12,6 km/l. A Hilux Flex 4x2 2.7 AT apresenta o seguinte consumo - abatimento urbano: 4,8 km/l, gasolina/ciclo urbano: 8,8 km/l, etanol/ciclo urbano: 6,8 km/l, gasolina/ciclo rodoviário: 8,6 km/l, gasolina/ciclo rodoviário: 12,6 km/l. Valores de referência, dependentes das condições de trabalho, combustível e hábitos de condução. Veículo participante do PSEV - Programa Brasileiro de Esquecimento Veicular do INMETRO 2016. Consulte www.inmetro.com.br. A Toyota oferece 3 anos de garantia de fábrica, sem limite de quilometragem para sua particular e, para uso comercial, 3 anos de garantia de fábrica ou 100.000 km, prevalecendo o que ocorrer primeiro. Consulte o livreto de garantia ou www.toyota.com.br para mais informações. As ofertas deste anúncio são abrangidas pelos veículos adquiridos em vendas diretas com aplicação de impostos. Essa promoção não é cumulativa com outras promoções vigentes.

Ofertas válidas para as concessionárias Toyoville de Joinville e Jaraguá do Sul.

Ofertas Toyota
com.br

TOYOTA
Pensando mais longe

Toyoville
A melhor oferta

30
anos

Joinville
Rua XV de Novembro, 4262
47 2105 9900

Jaraguá do Sul
Av. Prefeito Waldemar Grubba, 1178
47 2105 9980

Foto: CNU/USC

Diário Catarinense Estela Benetti

“Grupos franceses podem ter interesse na privatização do aeroporto da capital”

Grupos franceses podem ter interesse na privatização do aeroporto da capital / Laurent Bili / Aeroporto Internacional Hercílio Luz / Florianópolis / Brasil / Santa Catarina / ENA / École Nationale D'Administration / França / Brasil / Instituto Federal de Santa Catarina / IFSC / UFSC / Universidade Federal de Santa Catarina / Parceria

GRUPOS FRANCESES PODEM TER INTERESSE NA PRIVATIZAÇÃO DO AEROPORTO DA CAPITAL

LAURENT BILI, presidente da Epagri, em uma reunião em Florianópolis.

Quais as principais razões da sua visita a Santa Catarina?

Escolhemos a data da minha visita em função de dois eventos: os 60 anos da aliança Francesa em Florianópolis (sábado) e um convite da ENA Fundação Escola de Governo para um evento do final de curso (hoje), Santa Catarina é um dos Estados importantes do Brasil pelo PIB (6º maior do país), pela presença econômica melhor do que em outros Estados. A Aliança Francesa em SC é dinâmica, tem uma programação cultural importante, e sempre bom dar mais visibilidade. Esse é um bom ponto entre as nossas culturas porque favorece também que as empresas venham para cá porque tem esse apoio do idioma. Também facilita aos estudantes continuar a fazer doutorado na França, o que ajuda o contexto de trabalho no Brasil junto a 877 empresas francesas no país atualmente. Hoje, as empresas francesas empregam no Brasil cerca de 500 mil pessoas. Entre as maiores estão as redes de supermercados Pão de Açúcar e Carrefour. Alguns têm 100% de empregados brasileiros, já fazem parte da vida do país.

E como está a cooperação com a ENA Fundação Escola de Governo em SC?

Essa cooperação com Santa Catarina existe há sete anos. A ideia da ENA (École Nationale D'Administration) na França é para a formação de profissionais ao setor público com alto padrão. Conversamos com a diretora da instituição em Santa Catarina sobre a continuidade da cooperação. A ideia de criação da ENA francesa foi para reconstrução do país em 1915, após a Segunda Grande Guerra, unificando as forças, facilitando a formação de uma nova elite do setor público com exigência de qualidade. Hoje, graças aos cursos sobre inovação, os servidores públicos são muito abertos as novas tecnologias que favorecem a rapidez do serviço público. A ENA Santa Catarina pode receber estudantes de todo o Brasil.

A presença de empresas francesas é forte em SC. Quais são as principais e há projeção de novos investimentos?

A presença francesa é mais forte na energia. Temos a Engie Brasil Energia (ex-



Há projetos do governo na área de agricultura com a França. Inclusive haverá visita do presidente da Epagri, Luiz Hessmann ao país esta semana

Nos últimos anos, essas parcerias tiveram algumas mudanças porque o número de regiões francesas foi reduzido. A visita do presidente da Epagri é importante para mostrar que há interesse nessa continuidade. Uma das empresas produtoras de ostras da Ilha de SC é de um descendente francês. Há também um acordo entre o Lycée Hôtelier de La Rochelle e o Instituto Federal de SC (IFSC). O foco que temos muito na embaixada e na economia é desenvolvimento sustentável, energia limpa, saneamento e cidades inteligentes. Temos interesses em projetos que permitam cumprir o que foi definido na COP 21, a conferência mundial do clima realizada em dezembro de 2015 em Paris. Na semana que vem vou abrir em Brasília uma conferência sobre combustíveis renováveis. Temos muitos projetos nesses setores, inclusive em startups.

Como está o desenvolvimento de startups na França?

Pouco se fala sobre isso, mas nos últimos três anos o setor de startups na França tem crescido 50% ao ano. Temos vários exemplos de sucesso. Um é a Blablacar. Em Paris, no ano que vem, vamos ter um novo lugar para acolher startups e teremos um ticket para empresas estrangeiras. Startups catarinenses podem se interessar. Vamos abrir um lugar no centro de Paris com 40 mil metros quadrados, com possibilidade de receber mil empresas. Será num local histórico reformado. Se chama Freyssinet e promove a convivência do patrimônio histórico com a modernidade.

Como as empresas francesas estão vendo o cenário econômico brasileiro?

As empresas francesas estão no Brasil há muito tempo, veem os negócios no longo prazo e não houve nenhum caso de saída do país nesses três anos difíceis. Algumas estão aproveitando o momento para fazer novos investimentos. No ano passado, foram realizados mais de 1 bilhão de euros em investimentos no Brasil. A comunidade empresarial francesa avalia que o pior já passou e estamos num cenário de recuperação. Há otimismo para a volta do crescimento no ano que vem e um crescimento maior em 2018. No caso das montadoras, não começo elas sofreram porque vieram com modelos europeus. Agora, estão ganhando espaço com SUVs.

O acordo Mercosul-União Europeia?

A União Europeia e o Mercosul tem interesses ofensivos e defensivos. Cada um tem que encontrar o caminho que permita aumentar o volume de negócios, sem a destruição dos seus setores econômicos. O Brasil está sendo muito defensivo nos setores de serviços e na área industrial.

Tractebel) nessa área. Outras empresas importantes são a Saint-Gobain (Cebraec, de vidros) e a Flexicotton, esta que é a segunda da América Latina em produtos de algodão para higiene e acaba de abrir um escritório nos EUA. Temos uma forte presença hoteleira com a rede Accor. A economia de Santa Catarina sofreu menos com a crise do que outros Estados do país. Nesse contexto, gera mais interesse de empresas porque tem um índice de desenvolvimento melhor. Muitas vezes, eu como embaixador sou o primeiro a receber o contato de investidores, por isso para mim é importante conhecer os Estados que oferecem melhores condições para investir. No momento, não vou dizer que temos um projeto, mas há interesse especial em participar das privatizações, incluindo parcerias público-privadas (PPPs).

Há algum projeto em especial em SC que interessa grupos franceses?

Há um projeto de privatização em especial. Temos pelo menos três grupos franceses que podem mostrar interesse em projetos de privatização, como o do Aeroporto Hercílio Luz de Florianópolis. Esses grupos são o Vinci, o Egis e o Aeroports de Paris. Os três estão interessados em investir em infraestrutura no país. O grupo Vinci já manifestou interesse em entrar com força na privatização de aeroportos no Brasil. Santa Catarina e Rio Grande do Sul tem um poder melhor para atração de empresas. É nosso papel dizer que além de São Paulo há outras regiões para investir. Também temos parceria com a universidade de Santa Catarina (UFSC). Por ano, cerca de 150 engenheiros graduados no Estado estudam na França. Esse número poderia ser ampliado para 200. Vou falar com o reitor da UFSC sobre isso.

Diário Catarinense Sua Vida

“Aluna da UFSC recebe prêmio internacional na Alemanha”

Aluna da UFSC recebe prêmio internacional na Alemanha / Mestrado em Direito / Universidade Federal de Santa Catarina / UFSC / Marina Demaria Venâncio / Ciência / Desenvolvimento sustentável / Green Talents Award / Ministério Federal da Educação e Pesquisa da Alemanha / BMBF / Sustentabilidade / Tutela jurídica da Agroecologia no Brasil / Livro / Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Aluna da UFSC recebe prêmio internacional na Alemanha

KARINE VENZEL

karine.venzel@ufsc.br | @karinevenzel

A mestranda do curso de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Marina Demaria Venâncio, 23 anos, foi considerada um dos 25 jovens talentos mundiais nas áreas de ciência e desenvolvimento sustentável pelo concurso *Green Talents Award*. No total, concorreram 757 candidatos de 104 países. Promovida pelo Ministério Federal da Educação e Pesquisa da Alemanha (BMBF), a premiação reconheceu jovens cientistas em diversos países.

A sustentabilidade já faz parte da vida de Marina desde a graduação, quando começou a se aprofundar no tema. Com foco na agroecologia, ciência transdisciplinar que busca o desenho de agroecossistemas sustentáveis, a estudante sentiu falta de estudos com perspectiva jurídica da área. Por isso, publicou suas pesquisas no livro *Tutela jurídica da Agroecologia no Brasil* e agora a ideia é se aprofundar ainda mais no tema, abordando os avanços e bons exemplos depois do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, instituído em 2012 no país.

Essa nova política pública nacional busca incentivar a produção agroecológica, que é mais sustentável, totalmente inclusiva, que busca maior sustentabilidade no campo. Essa ciência surgiu da agronomia e aqui na América Latina ficou conhecida como um movimento social, relacionado à melhores condições de vida no campo.

EM BUSCA DE UM MODELO MAIS IGUALITÁRIO

Marina reforça que ainda há um longo caminho pela frente, pois ainda “tem muita contradi-

ção entre uma agricultura efetivamente sustentável e os incentivos que se tem para o agronegócio”.

– A ideia é buscar boas práticas para que a gente faça essas políticas serem efetivas e também analisar como se pode melhorar as políticas que já existem para tentar realmente a transição para um modelo agrícola mais sustentável, igualitário e que consiga enfrentar os problemas que temos hoje no campo – explica.

MARINA VENÂNCIO
Mestranda em Direito

Foram as pesquisas e a trajetória acadêmica na área jurídica da agroecologia de Marina que a levaram a ser selecionada pelo *Green Talents Award*. Na sexta-feira passada ela embarcou, junto com os demais vencedores, para a Alemanha para visitar centros de pesquisa, participar de seminários e do *Green Talents - Fórum Internacional para Iniciativas de Alto Potencial em Desenvolvimento sustentável*. No ano que vem, ela irá realizar uma pesquisa de até três meses em uma instituição alemã, totalmente financiada pelo governo do país.

Alem de Marina, outro brasileiro, o mestrando em Saúde e Produção Animal pela Universidade Federal Rural de Amazônia (UFRA) Hani Rocha El Bizri foi selecionado.



Marina reuniu suas pesquisas ligadas à Direito e sustentabilidade em livro.

Diário Catarinense
Anexo

“Shakespeare”

Shakespeare / Livro / Rafael Raffaelli / A tragédia de Macbeth



Diário Catarinense
Anexo

“Dazaranha”

Dazaranha / Afinar as Rezas / UFSC



Diário Catarinense - Sua Vida "O que está em debate na Lei da Adoção"

O que está em debate na Lei da Adoção / Ministério da Justiça e Cidadania / Consulta pública / Adoção internacional / Universidade Federal de Santa Catarina / Doutorado em Antropologia / Mirella Alves de Brito / Cláudia Vidigal / Estatuto da Criança e do Adolescente / ECA / Conselho Nacional de Justiça

SUA VIDA | DIREITOS DA CRIANÇA

DIÁRIO CATARINENSE
SEGUNDA-FEIRA
27 DE OUTUBRO DE 2010 28

O QUE ESTÁ EM DEBATE NA LEI DA ADOÇÃO

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E CIDADANIA está com consulta pública aberta para formatar proposta de alteração em alguns pontos das atuais regras em vigor. Principais propostas geram controvérsia entre especialistas



Enquanto mudanças são discutidas, somente em Santa Catarina 1,5 mil crianças e adolescentes aguardam uma família em abrigos

ÂNGELA BASTOS
angela_bastos@diariocatarinense.com.br

Nos últimos anos, cresceu na discussão sobre a necessidade de aperfeiçoamento da Lei da Adoção. Quase sempre o discurso é matemático. Como explicar que existem cerca de 46 mil crianças e adolescentes em abrigos, estando 7 mil aptos para adoção e 37 mil pessoas aguardando na fila nacional de candidatos para adotá-los? Em Santa Catarina, por exemplo, são 1,5 mil meninos e meninas em instituições – a maioria tem mais de oito anos. Destes, 20% estão disponíveis para adoção. Enquanto isso, 2,5 mil adultos tem interesse em adotar.

Sob alegação de que é preciso mudar as regras, o Ministério da Justiça e Cidadania vai elaborar um projeto de lei que seguirá para votação no Congresso Nacional. Antes disso, abriu uma consulta pública na internet que se encerra em 4 de novembro. Entre os principais pontos a serem revistos está a entrega voluntária de uma criança para a adoção e os prazos para o processo.

No caso da entrega voluntária, a pro-

posta é que a mãe biológica tenha até dois meses para reclamar a guarda do bebê ou indicar um parente para ser o guardião caso se arrependa da decisão. Depois desse período, a criança é inserida no cadastro nacional. Há quem não concorde com a ideia e considere que 60 dias seja muito tempo para um bebê ficar em uma instituição à espera de um possível arrependimento da mãe. Normalmente, conforme as estatísticas, são mulheres com severa dependência química que decidem entregar a criança.

BALANÇA NO BRASIL ESTÁ DESEQUILIBRADA

A consulta abre para outras discussões, como a adoção internacional. Hoje é exigida uma autorização judicial para que uma criança ou adolescente seja encaminhado a uma família do exterior. Pela proposta, a criança que ficar mais de 12 meses para adoção, desde que sem candidatos, fica disponível para adotantes estrangeiros. E sem necessidade de decisão judicial. O direito à convivência familiar e o apadrinhamento afetivo também estão em debate.

O desafio de equacionar a balança entre o número de crianças em instituições e o número de adultos pretendentes à adoção é antigo. Mas enquanto se olhar para isso como um problema matemático não haverá solução. A observação é da psicóloga e doutora em antropologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Mirella Alves de Brito. Para ela, criar novas regras para diminuir o tempo na instituição ou para diminuir a lista no cadastro não diminuirão outros problemas sociais e as realidades que levam a atos violentos contra crianças.

Crianças que vão para as instituições advêm de famílias das camadas populares, não porque não haja violência nas classes A e B, mas porque estas, historicamente, dispõem de recursos para desviar da malha fina do sistema de proteção – diz a autora da tese *Entre Cobras e Lagartixas: Crianças em instituições de acolhimento se construindo sujeitos na maquinaria da proteção integral*.

Cláudia Vidigal, secretária nacional dos direitos das Crianças e Adolescentes da Secretaria de Direitos Humanos (SDH), defende que esse é mais um pas-

so de regulamentação para assegurar o direito à convivência familiar e comunitária. Ela lembra que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), desde 1990, vem sendo aperfeiçoado, e considera a lei 12.010, a da adoção, a de maior reforma do estatuto.

Em 12 de outubro, Dia da Criança, a ministra Carmen Lúcia recebeu meninos e meninas no Supremo Tribunal Federal. A visita guiada reuniu cerca de 50 jovens à espera de adoção de cinco instituições diferentes. A conversa foi sobre melhoras no processo. Questionada, a ministra reconheceu que, por um lado, há muita burocracia no processo e, por outro, há crianças querendo ser adotadas.

Agora estamos fortalecendo o cadastro e verificando qual é o fluxograma de um processo de adoção, com os juizes da Infância e Juventude, e vendo qual é o processo real – disse Carmen Lúcia.

Ela respondeu, ainda, que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), entidade que também preside, quer saber quantas crianças estão nesta situação, quantas estão cadastradas para serem adotadas e quem quer adotar.

Restrições quanto ao perfil do adotado são o principal entrave

A adoção é um recurso a ser usado somente quando esgotadas todas as possibilidades da criança permanecer na família. Por isso, dificuldade financeira não pode servir de argumento para que ela seja retirada de casa. Assim também como a dependência química. Nesse caso, o retorno ao convívio fica condicionado a um tratamento por parte dos pais.

Especialistas reconhecem que as alterações feitas na lei da adoção, há sete anos, trouxeram avanços significativos. Um desses é a criação do cadastro nacional.

Mas a meta de tornar a questão mais rápida ainda não aconteceu. A rapidez é uma das lacunas entre o que diz a lei e a sua aplicabilidade. Também por isso há um consenso de que é preciso mudar a cultura de adoção no Brasil.

Isso vale principalmente a respeito do perfil, onde pretendentes preferem crianças pequenas, saudáveis, brancas. Há, sim, quem não faça restrições para adotar um filho. Mas, de modo geral, são ainda exceções. Além disso, grupo de irmãos também é preferido na maioria das vezes. Especialmente os maiores.

No Brasil,

46 mil crianças e adolescentes estão em abrigos.

Destes,

7 mil estão aptos para serem adotados.

Enquanto isso,

37 mil adotantes estão na fila à espera de uma criança.

Em SC, são

1,5 mil crianças e adolescentes em abrigos, dos quais

300 estão disponíveis para adoção.

Enquanto

2,5 mil famílias estão cadastradas à espera de uma criança.

ALGUMAS MUDANÇAS EM DISCUSSÃO

Confira algumas questões que estão no centro desse debate nacional:

	COMO É	COMO FICA
ENTREGA VOLUNTÁRIA	Quando a mãe biológica abre mão do filho e já na maternidade o entrega para adoção de uma pessoa cadastrada (não é entrega direta), ela não tem prazo para recorrer desta decisão.	A proposta é que com a mudança na lei, neste tipo de caso a mãe tem até dois meses para reclamar a guarda da criança ou indicar um parente para ser o guardião caso se arrependa da decisão. Depois desse período (60 dias), a criança é inserida no cadastro nacional. Além disso, após um mês vivendo em abrigos, os bebês recém-nascidos e crianças sem certidão de nascimento também são cadastradas para adoção.
ESTÁGIO DE CONVIVÊNCIA	Quando chega a vez da família cadastrada receber a criança, o juiz determina o tempo para adaptação. Durante este período a família pode voltar atrás e optar por não ficar com a criança.	A mudança propõe que este estágio de convivência antes da adoção tenha um tempo pré-determinado de até 90 dias. Já para a conclusão de todo o processo de adoção, o prazo pode chegar até um ano.
ADOÇÃO INTERCULTURAL	Hoje uma criança brasileira só é liberada para adoção de uma família no exterior mediante autorização judicial. A prioridade é por adotantes brasileiros.	Com a mudança, crianças que ficarem mais de um ano no cadastro nacional sem serem adotadas ficarão disponíveis para os pretendentes a pais que vivem no exterior. O argumento para isso é que como muitas pessoas preferem crianças pequenas e saudáveis, muitas ficam anos a fio nos abrigos. Algumas até os 18 anos.
APADRINHAMENTO AFETIVO	Qualquer pessoa com no mínimo 18 anos pode se candidatar a padrinho.	As novas regras preveem que os padrinhos devem ter no mínimo 18 anos e sejam pelo menos 10 anos mais velhos do que o afilhado.

i

COMO PARTICIPAR DA CONSULTA

- A consulta pública para propostas e comentários na minuta do anteprojeto de lei está aberta até o dia 4 de novembro.
- Para participar, acesse o site pensando.mj.gov.br/adoacao e só fazer um cadastro com nome, e-mail e senha. Ao receber uma mensagem de confirmação, o login já pode ser feito.

Tramitação

Antes de ser aprovado, o projeto é submetido à Câmara de Deputados. Depois de aprovado nas comissões ou no Plenário da Casa, o texto segue para análise do Senado. Se for aprovado sem modificações pelos senadores, a proposta é enviada para sanção presidencial.

Notícias veiculadas em meios impressos, convertidas para o formato digital, com informações e opiniões de responsabilidade dos veículos.

CLIPPING DIGITAL

[Professor Edi homenageado no Dia dos Professores](#)

[Aberto edital para Mestrado na UFSC](#)

[Jogos de Integração dos Servidores da UFSC são abertos com prova de corrida rústica](#)

[UFSC promove ações para lembrar Dia Internacional de Atenção à Gagueira](#)

[Mestranda da UFSC recebe prêmio internacional em desenvolvimento sustentável](#)

[Oficina gratuita de tintas na UFSC](#)

[Prefeitura de Florianópolis divulga anteprojeto do Plano Diretor](#)
[Mais de 15 mil vagas estão abertas para concursos públicos no país](#)
[Biblioteca Digital Redentor oferece gratuitamente para todo o Brasil](#)
[o conteúdo de 64 países](#)

[Grupos franceses podem ter interesse na privatização do Aeroporto](#)
[Hercílio Luiz](#)

[Mostra de corais de Florianópolis brinda a cidade com exposições](#)
[gratuitas](#)

[Confira o que está em debate para mudanças na Lei da Adoção](#)

[Gean Loureiro: "Vamos mudar a relação com a sociedade"](#)

[Cosenza, ad Alessandro Pinzani il Premio Apel per la Filosofia](#)

[Projeto 12:30 recebe o show da banda Esporão de Bagre nesta](#)
[quarta-feira, 19/10](#)

[Biblioteca Digital Redentor oferece gratuitamente para todo o Brasil](#)
[o conteúdo de 64 países](#)

[Recursos ameaçados: Fabrique uma crise e atrole o Estado](#)